

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2025**

A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, n.º 799, Bairro Fião, São Leopoldo/RS, CEP 93.020-080, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) da Secretaria Municipal de Compras e Licitações do Município de São Leopoldo, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra instaurada a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tombada sob o nº **08/2025**, tipo **Menor Preço por lote, Modo de Disputa: aberto**, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, para **REGISTRAR PREÇOS**, tendo por finalidade a **Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos**, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário.

A presente licitação está em conformidade com as estipulações deste Edital, das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 2023, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

O presente Edital e seus anexos poderão ser retirados pelos interessados nos sítios www.pregaoonlinebanrisul.com.br e na página oficial deste Município, no link www.saoleopoldo.rs.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até às 09h30min do dia 31/03/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h40min do dia 31/03/2025.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Solicitações de esclarecimentos, impugnações e comunicações entre os interessados e o Agente de Contratação deverão ser encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para o recebimento das propostas **por meio do portal de compras do Banrisul disponível no link: <https://pregaobanrisul.com.br/>**.

A licitante interessada, para que receba as notificações do sistema, obrigatoriamente deverá realizar o cadastro do seu e-mail e telefone, através do link: “clique aqui e efetue seu cadastro”, constante ao lado do número da licitação de interesse, ao efetuar a procura no sítio: www.saoleopoldo.rs.gov.br, Portal Transparência, licitações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo no Edital, aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 DO OBJETO, LOCAL E PRAZOS:

1.1 Constitui objeto deste o **Registro de Preços para Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos**, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário.

1.2 LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1 Os medicamentos deverão ser entregues na Fundação Hospital Centenário, sito à Av. Theodomiro Porto da Fonseca, nº 799, Bairro Fião, São Leopoldo/RS, no Setor de Almoxarifado Central, em horário comercial, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h, em conformidade com a solicitação do Hospital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de compra ou o devido empenhamento.

1.2.2 O dia de entrega do material/produto poderá ser prorrogado conforme necessidade, sendo comunicado previamente.

VISTO



1.3 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul, disponibilizado eletronicamente no endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/famurs>, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2 DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

- 2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do endereço <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/#/home> e fazendo a sua solicitação de credenciamento no Estado.
- 2.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **Banrisul** ou ao **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3 O credenciamento do fornecedor/ prestador de serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 2.4 No caso de perda de senha, o fornecedor deverá solicitar através do portal, utilizando a opção “Esqueceu a sua senha?” que um novo link será enviado para o e-mail informado no cadastro. O e-mail será enviado pelo admincompras@procergs.rs.gov.br, ou ainda através da Central de Atendimento ao usuário no 51 3210-3708.

3 DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 3.1.1 As informações dos dados para acesso deverão ser feitas diretamente no sítio www.pregaoonlinebanrisul.com.br, opção “Sistema de Compras - área restrita a credenciados”.
- 3.2 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 DOS CRITÉRIOS DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

- 4.1 A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (agente de contratação) a avaliar a aceitabilidade das propostas, as quais o prazo de validade não será inferior a 90 (noventa) dias.
- 4.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e ~~valor~~.



- 4.3 Após a fase de disputa de preços, o agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 4.4 Serão desclassificadas as empresas cujas propostas:
- 4.4.1 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - 4.4.2 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 4.4.3 que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
 - 4.4.4 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 4.5 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 4.6 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro (agente de contratação) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.7 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 4.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 4.8.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
 - 4.8.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - 4.8.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,0 percentual, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
 - 4.8.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
 - 4.8.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.9 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 4.10 O valor da proposta será reajustado pelo índice IGPM ou outro que vier a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, respeitada a anualidade do período.

5 MODO DE DISPUTA:

- 5.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 4.

VISTO



- 5.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 5.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro (agente de contratação) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro (agente de contratação) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br/>
- 5.8 Os preços deverão ser cotados com no máximo três casas após a vírgula, sendo que os excedentes serão desconsiderados quando da elaboração da grade de julgamento.
- 5.9 As Propostas Comerciais finais deverão ser elaboradas conforme o modelo Anexo II e II.1 – Modelo Final de Proposta e Declarações, contendo a planilha de composição de preços, obedecendo aos requisitos desta licitação, e dispostas na mesma formulação apresentada, também contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 5.10 Data, assinatura e identificação, em sua parte final, do representante legal da Licitante.
- 5.11 Preço em algarismo arábico e por extenso, em moeda corrente nacional.
- 5.11.1 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.
- 5.12 Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da licitação.
- 5.13 No preço cotado já devem estar inclusas quaisquer taxas, impostos, encargos e despesas com frete.

6 CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- 6.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 9.1.3.3 deste Edital;
- 6.2 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 6.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.3.1 A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

VISTO



- 6.3.2 Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 6.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem 6.3.1.
- 6.4 O disposto no item 6.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.5 Se não houver licitante que atenda ao item 6.1, 6.2 e 6.3, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/21.
- 6.6 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos, fornecidos ou prestados, conforme hipóteses previstas no art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/21.

7 DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

- 7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 7.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo Pregoeiro (agente de contratação), deverão ser encaminhados no prazo de 24 horas.
- 7.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- 7.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8 DA HABILITAÇÃO:

- 8.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma dos artigos 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da classificação:
- 8.1.1 As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- 8.1.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:
- 8.1.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.
- 8.1.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.1.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

VISTO



- 8.1.2.4 As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e não comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento, serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e na legislação pertinente.
- 8.1.2.5 Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.1.2.6 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.1.2.7 Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregóero, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.1.3 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em formato digital, devendo estar assinados digitalmente por representante legalmente autorizado da participante, com a utilização de certificados do tipo e-CNPJ ou e-CPF, emitidos por autoridades certificadoras reconhecidas pela Infraestrutura de Chaves-Públicas Brasileira - ICP/Brasil.
- 8.1.4 As certidões que não indicarem a data de validade só serão aceitas se emitidas nos últimos **180 (cento e oitenta) dias** em relação à data da sessão de abertura do certame.

9 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

9.1 Habilidade Jurídica:

- 9.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; registro comercial, no caso de empresa individual.
- 9.1.2 Inscrição do ato constitutivo, caso de sociedades civis, acompanhada de prova da investidura da diretoria em exercício.
- 9.1.3 Para Empresa que utilizou do benefício para o Critério Julgamento observado no disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 e/ou Lei Municipal nº 7.324/2010, apresentar:
- 9.1.3.1 Certidão Simplificada de enquadramento de condição de ME ou EPP, expedido pela junta comercial da sede da licitante. Esta certidão terá validade de no máximo 180 dias após a emissão, contanto que seja possível a sua certificação na página oficial na internet, da Junta Comercial que a expediu, caso contrário à mesma deve ser autenticado em cartório.
- 9.1.3.2 Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas no caso de Sociedade Simples.
- 9.1.3.3 Declaração conforme Anexo IV, deste edital.

VISTO



9.2 Regularidade Fiscal:

- 9.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 9.2.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 9.2.3 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - 9.2.3.1 Sendo inscrição estadual, o documento no Estado do Rio Grande do Sul, é o DI/RE - Documento de Identificação da Receita Estadual, se for Municipal deve ser comprovado com qualquer documento oficial do município que demonstre o número de inscrição.
- 9.2.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e relativo à Seguridade Social – INSS), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
 - 9.2.4.1 As certidões negativas de débito emitidas pelas Fazendas Estadual e Municipal deverão abranger todos os tributos administrados por essas fazendas.

9.3 Regularidade Trabalhista:

Apresentar prova de Regularidade Trabalhista fornecida pela Justiça do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

9.4 Qualificação Econômico Financeira:

- 9.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.5 Qualificação Técnica:

- 9.5.1 Alvará Sanitário emitido pela Secretaria de Saúde do Estado ou Município;
- 9.5.2 Certificado de Responsabilidade Técnica válido emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF);
- 9.5.3 Certificado de Boas Práticas de Fabricação para produtos nacionais, por fabricante, emitido pela ANVISA, quando exigidos por lei;
- 9.5.4 Certificado de Boas Práticas de Importação, Armazenamento e Distribuição, por fornecedor, emitido pela ANVISA, quando o proponente oferecer cotação de produto importado e a lei exigir;
- 9.5.5 Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa proponente, emitido pela ANVISA;
- 9.5.6 Autorização Especial de Funcionamento (AEF) da empresa proponente, emitido pela ANVISA, para medicamentos que constem na Portaria 344/98;
- 9.5.7 Certificado de Registro de Produto emitido pela ANVISA;
- 9.5.8 Relação dos itens cotados, informando o nome do fabricante e número de registro, para fins de conferência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle.

Parágrafo único: Para efeito de comprovação das exigências estabelecidas nos itens anteriores, somente serão aceitas as licenças válidas, assim entendidas aquelas ~~versão~~ prazo



de validade esteja vigente na data da sessão pública. Não serão aceitos protocolos, à exceção do protocolo de renovação do registro do medicamento na Anvisa.

10 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

- 10.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório poderão ser enviados ao Agente de contratação (pregoeiro), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do portal de compras do Banrisul disponível no link: <https://pregaobanrisul.com.br/>.
- 10.2 Impugnações ao ato convocatório da Concorrência Eletrônica poderão ser enviados ao Agente de Contratação (pregoeiro), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do portal de compras do Banrisul disponível no link: <https://pregaobanrisul.com.br/>.
- 10.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no portal de compras do Banrisul e no sítio eletrônico da Administração: www.saoleopoldo.rs.gov.br.

11 DOS RECURSOS:

- 11.1 Conforme artigo 165, I da Lei nº 14.133/21, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata em face de:
 - 11.1.1 Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - 11.1.2 Julgamento das propostas;
 - 11.1.3 Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - 11.1.4 Anulação ou revogação da licitação.
- 11.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 11.3 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens 12.1.2 e 12.1.3 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
 - 11.3.1 **A intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 5 (cinco) minutos, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, em todos os casos, após o julgamento de proposta, em casos de classificação, desclassificação, e julgamento de documentos, em casos de inabilitação e habilitação, sendo que o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.**
 - 11.3.2 A apreciação dar-se-á em fase única.
- 11.4 **O recurso deverá ser formulado em petição escrita, endereçada ao Agente de Contratação (pregoeiro) e dirigida à autoridade superior, devendo ser assinada pelo(s) representante(s) legal(is) ou procurador da Licitante, exclusivamente por meio do portal de compras do Banrisul disponível no link: <https://pregaobanrisul.com.br/>.**
- 11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



11.7 O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

Proclamado o resultado final da licitação, os autos do processo serão remetidos à autoridade competente para fins de homologação.

13 DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA O FORNECIMENTO:

13.1 A **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**, após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul, disponibilizado eletronicamente no endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/famurs>, convocará regularmente a(s) vencedora(s) da licitação para iniciar o fornecimento/Serviço, dentro do prazo estabelecido no item um (01) deste instrumento convocatório, sob pena de decair (em) do direito ao objeto das licitantes declaradas habilitadas, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, bem como no artigo 90 da Lei nº 14.133/21.

13.2 Na data do fornecimento, a licitante vencedora deverá estar com todos os documentos legalmente exigíveis dentro do período de validade.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 Fraudar a licitação

14.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

VISTO



- 14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1 Advertência;
 - 14.2.2 Multa;
 - 14.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2 As peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores





estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

- 15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 15.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 15.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 15.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
 - 15.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 15.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 15.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 15.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 15.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no art. 143 do Decreto Municipal nº 10.470/2023.
- 15.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 15.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 15.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16 DISPOSIÇÕES FINAIS:



- 16.1 Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório, não se admitirá, durante a análise das propostas, a interferência de pessoas estranhas ao Pregão Eletrônico, a qualquer título que seja ressalvada a hipótese de requisição pelo Pregoeiro (agente de contratação).
- 16.1.1 É facultada ao Pregoeiro (agente de contratação) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 16.2 A Licitante deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**, em qualquer hipótese, responsável por estes, independente do resultado da licitação.
- 16.3 A Licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 16.4 Todas as comunicações e intimações serão dadas as participantes diretamente pelo endereço eletrônico, surtindo desde logo seus efeitos legais.
- 16.5 O Pregão Eletrônico poderá ser revogado ou anulado nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/21.
- 16.6 A adjudicação do (s) objeto (s) deste Pregão Eletrônico não implicará direito à contratação.
- 16.7 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores.

17 ANEXOS:

Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- 17.1 Anexo I – Minuta da Ata de Adesão;
- 17.2 Anexo I.1 – Ordem Classificação Cadastro Reserva;
- 17.3 Anexo I.2 – Minuta do Contrato;
- 17.4 Anexo II – Modelo de Proposta Final, com Declarações da Proponente;
- 17.5 Anexo II.1 – Planilha de Composição de Preços;
- 17.6 Anexo III – Projeto Básico/Termo de Referência;
- 17.7 Anexo III.1 - Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 17.8 Anexo III.2 – Planilha Orçamentária;
- 17.9 Anexo IV - Declaração de Atendimento a Lei Complementar N.º 123/2006.

São Leopoldo, 17 março de 2025.

Tavineia A.Carcuschinski
Agente de Contratação

VISTO

**ANEXO I - MINUTA DA ATA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/2025**

Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário, que fazem entre si o FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO (FHC) e a empresa _____.

A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, n.º 799, Bairro Fião, CEP n.º 93.020-080, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.931.245/0001-50, neste ato representada pela Vice-Presidente Financeira da Fundação, Sra. Tayla Paola Niemies Talayer, pessoa jurídica de Direito Público, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2025**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, LOCAL E PRAZOS:

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos**, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo III do edital de Licitação nº 08/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

- 1.2.1. Os medicamentos deverão ser entregues na Fundação Hospital Centenário, sito à Av. Theodomiro Porto da Fonseca, nº 799, Bairro Fião, São Leopoldo/RS, no Setor de Almoxarifado Central, em horário comercial, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h, em conformidade com a solicitação do Hospital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de compra ou o devido empenhamento;

- 1.2.2. O dia de entrega do material/produto poderá ser prorrogado conforme necessidade, sendo comunicado previamente.

- 1.3. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul, disponibilizado eletronicamente no endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/famurs>, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2 DO PAGAMENTO

- 2.1 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da execução da presente licitação, encontram-se asseguradas através de dotação orçamentária própria prevista no exercício;
- 2.2 Os pagamentos serão efetuados após a entrega do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do documento de cobrança, mediante o “**DE ACORDO**” do Gerente, Fiscal e do Ordenador de Despesa;

VISTO



2.3 A data de pagamento passará a contar após a entrega integral de cada empenho. Na eventualidade de entrega parcial do empenho, este será liberado para pagamento somente após seu atendimento integral.

3 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

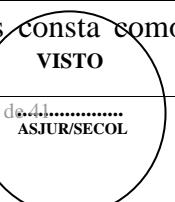
LOTE	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
1	Ácido valproico 250 mg – comprimido	Cápsula	5.000		
2	Ácido valproico 500 mg – comprimido	Cápsula	3.000		
3	Ácido valproico sol 250 mg/5ml fr 100 ml (valproato)	Frasco	100		
4	Amitriptilina 25 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
5	Atracúrio 25 mg/2,5ml – ampola 2,5ml	Ampola	2.000		
6	Atracúrio 50 mg/5 ml – ampola 5 ml	Ampola	10.000		
7	Biperideno 2 mg – comprimido	Comprimido	4.000		
8	Biperideno 5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
9	Bromazepam 3 mg – comprimido	Comprimido	300		
10	Bupivacaína 0,5% + Epinefrina 20ml – frasco/ampola –estéril	Frasco/Ampola	1.000		
11	Bupivacaína 0,5% + glicose 8 4 ml pesada – ampola estéril	Frasco/Ampola	4.000		
12	Bupivacaína s/vaso 0,5% Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	300		
13	Carbamazepina 200 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
14	Carbamazepina suspensão 20 mg/ml frasco 100ml	Frasco	20		
15	Carbonato de lítio 300 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
16	Clonazepam 2,5 mg/ml Fr 20 ml	Frasco	400		
17	Clonazepam 2 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
18	Clorpromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	18.000		
19	Clorpromazina 25 mg/5 ml	Ampola	2.000		
20	Clorpromazina sol 4% Fr 20 ml	Frasco	300		
21	Codefina fosfato 30 mg – comprimido	Comprimido	8.000		
22	Dexmedetomidina 200 mg/ml 2ml – ampola	Ampola	4.000		
23	Diazepam 10 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
24	Diazepam 10 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
25	Diazepam 5 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
26	Droperidol 2,5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
27	Escetamina cloridrato 500 mg/10 ml	Frasco	4.000		
28	Escetamina cloridrato 100 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
29	Etomidato 2 mg/ml – 10 ml ampola	Ampola	150		
30	Fenitoína 100 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
31	Fenitoína 250 mg/5ml – ampola	Ampola	5.000		
32	Fenobarbital 100 mg –	Comprimido	2.000		

VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
	comprimido				
33	Fenobarbital ev/im 200 mg/2 ml	Ampola	500		
34	Fenobarbital solução 40 mg/ml – frasco 20ml	Frasco	100		
35	Fentanila 0,1 mg/2 ml	Ampola	3.000		
36	Fentanila citrato 0,5 mg/10ml frasco/ampola – com conservante	Frasco/Ampola	30.000		
37	Flumazenil 0,5 mg/5ml – ampola	Ampola	3.000		
38	Fluoxetina 20 mg – cápsula	Cápsula	10.000		
39	Haloperidol 5 mg	Comprimido	8.000		
40	Haloperidol 5 mg/1ml – ampola	Ampola	5.000		
41	Haloperidol decanoato 70,52 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
42	Haloperidol solução 2 mg/ml (0,2%) - frasco 20ml	Frasco	400		
43	Levomepromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
44	Levomepromazina solução 40 mg/ml (4%) gotas 20ml – frasco	Frasco	20		
45	Lidocaína spray 10% 50ml – frasco	Frasco	100		
46	Lidocaína 2% + epinefrina Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	2.000		
47	Lidocaína 2% geleia 30gr – tubo	Tubo	5.000		
48	Lidocaína S/vaso 2% 20ml – não estéril – sem conservantes	Frasco/Ampola	4.000.000		
49	Lidocaína S/vaso 2% frasco/ampola 20ml – estéril e sem conservantes	Frasco/Ampola	3.000		
50	Metadona 10 mg	Comprimido	2.000		
51	Metadona 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	500		
52	Metaraminol bitartarato 10 mg/1ml – ampola	Ampola	2.000		
53	Midazolam 15 mg/3ml – ampola	Ampola	5.000		
54	Midazolam 2 mg/ml 10ml – frasco	Frasco	50		
55	Midazolam 50 mg/10 ml	Ampola	36.000		
56	Midazolam 5 mg/5ml – ampola	Ampola	2.000		
57	Misoprostol 200 mg – comprimido	Comprimido	1.600		
58	Misoprostol 25 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
59	Morfina 0,2 mg/1ml estéril – ampola	Ampola	2.500		
60	Morfina 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	25.000		
61	Naloxona 0,4 mg/1ml – ampola	Ampola	500		
62	Olanzapina 10 mg	Comprimido	200		
63	Pancurônio 4 mg/2 ml – ampola 2 ml	Ampola	1.000		
64	Propofol 200 mg/20 ml – ampola 20 ml	Ampola	8.000		
65	Risperidona 1 mg – comprimido	Comprimido	30.000		
66	Rocurônio 50 mg/5ml – frasco/ampola	Frasco/Ampola	1.000		
67	Sevoflurano 250ml – frasco	Frasco	250.000		
68	Tramadol 100 mg/2ml – ampola	Ampola	40.000.000		
69	Tramadol 50 mg – cápsula	Cápsula	10.000		

3.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.





3.3 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA:

- 3.3.1 Constituem obrigações da LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA, além de outras previstas no presente SRP e nos documentos que o integram;
- 3.3.2 Manter durante toda a execução do SRP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação;
- 3.3.3 Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO. Desde que provada à existência de culpa ou dolo de seus prepostos e/ou empregados, assumirá a responsabilidade de reparar totalmente os bens, ou substituí-los, preferencialmente pela mesma marca, característica e qualidade. A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO poderá reter pagamentos que possibilitem o resarcimento de danos causados.
- 3.3.4 Refazer às suas expensas todo o fornecimento inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização da FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, sem alteração do prazo de execução do ATA.
- 3.3.5 Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste SRP;
- 3.3.6 Fazer prova com a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação;
- 3.3.7 Não proceder qualquer modificação, não prevista nesta ARP, sem consentimento prévio e por escrito da FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO;
- 3.3.8 A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO não assumirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA relativa às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- 3.3.9 Prestar o fornecimento do objeto disponibilizando os veículos, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à adequada execução do SRP, em número suficiente para atendimento dos prazos estabelecidos pela FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO e das especificações técnicas;
- 3.3.10 Responder perante a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer fornecimento, objeto deste SRP;
- 3.3.11 Realizar a execução relacionada com o objeto desta ARP, de acordo com as especificações estipuladas pela FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, no Anexo III – Termo de Referência.
- 3.3.12 A licitante deverá fornecer os medicamentos de acordo com as seguintes exigências relativas à qualidade dos produtos (BRASIL, 2006):
- 3.3.12.1 Especificações técnicas – os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.
- 3.3.12.2 Embalagem – o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa/Ministério da Saúde.
- VISTO



3.3.12.3 Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constado, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

3.3.12.4 Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada. Lote - o número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

3.3.12.5 Validade dos medicamentos:

3.3.12.5.1 Os medicamentos devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.

3.3.12.5.2 Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora/titular do registro na Anvisa e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas).

3.3.12.5.3 Os medicamentos devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 18 meses, contados a partir da data da entrega. Itens com intervalo de validade menor devem ser entregues com prazo equivalente a 75% do prazo de validade total.

3.3.12.6 Laudo de Análise de Controle de Qualidade – os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Reblas. Este deve contemplar:

3.3.12.6.1 Identificação do laboratório;

3.3.12.6.2 Especificações (valores aceitáveis) e respectivos resultados das análises dos produtos;

3.3.12.6.3 Identificação do responsável com o respectivo número de inscrição no seu conselho profissional correspondente;

3.3.12.6.4 Lote e data de fabricação;

3.3.12.6.5 Assinatura do responsável;

3.3.12.6.6 Data;

3.3.12.6.7 Resultado.

Parágrafo Único: O Laudo de análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido. As especificações de cada produto devem estar baseadas em referências farmacopéicas oficialmente reconhecidas. **Fonte:** BRASIL. Ministério da Saúde.

Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS – Orientações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

3.3.13 A licitante deverá manter as licenças válidas durante toda a vigência do pregão, podendo ser solicitadas pela Fundação Hospital Centenário a qualquer tempo para verificação dos dados, sob pena de desclassificação do licitante, caso estejam fora do prazo de validade (vencidas).

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o a **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**.

VISTO



4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO:

- 4.1 Efetuar os pagamentos conforme descrito nas condições de pagamento.
- 4.2 Além de outros, previstos neste instrumento, a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO terá o direito de receber o objeto contratual executado em estrita observância às especificações técnicas e com qualidade.
- 4.3 Constituem obrigações da ADMINISTRAÇÃO, além de outras previstas neste Contrato:
 - 4.3.1 Efetuar o pagamento à LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA, em conformidade com o disposto neste instrumento e nos documentos que o integram.
 - 4.3.2 Fornecer e colocar à disposição da LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da ARP.
 - 4.3.3 Notificar, formal e tempestivamente, à LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta ARP.
 - 4.3.4 Disponibilizar à LICITANTE VENCEDORA E HABILITADA os meios necessários à execução dos serviços/fornecimento dos materiais, conforme previsto no Anexo III - Termo de Referência do Edital.
 - 4.3.5 Acompanhar a execução da prestação de serviços/fornecimento dos materiais, através da fiscalização e gestão da ARP.

5 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - 5.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 5.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 5.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 5.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 5.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 5.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 5.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5 Dos limites para as adesões

- 5.5.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.
- 5.5.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador.



independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

- 5.5.3 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 Vedações a acréscimo de quantitativos

- 5.6.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 6.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul**, disponibilizado eletronicamente no endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/famurs>, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 6.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 6.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 6.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 6.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 6.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

- 6.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 6.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

- 6.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

- 6.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

VISTO



- 6.5 O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul**, disponibilizado eletronicamente no endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/famurs>, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 6.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

VISTO



7 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

VISTO



- 8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.
- 8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 9.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuênciam do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 9.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

VISTO



10 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.4.1 Por razão de interesse público;
 - 10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11 DAS PENALIDADES

- 11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 11.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

VISTO



11.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12 GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP:

12.1 A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO nomeia o (a) funcionário (a) **Leonardo Gonçalves Câmara**, para gerenciar e prestar informações sobre o objeto, encaminhar e receber e prestar informações sobre o andamento do mesmo. Todas as comunicações relativas ao objeto licitado serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta registrada, telegrama ou correio eletrônico (e-mail).

13 FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP:

13.1 A Administração nomeia o (a) servidor (a) **Mariana Araújo Sonksen Aguiar**, matrícula nº 4201, para, na função de Fiscal, aferir as condições da entrega dos produtos, enfim, comunicar toda e qualquer irregularidade ou manifestação que promova a perfeita aquisição. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste registro de preços, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora, sem qualquer ônus para a administração. Qualquer fiscalização exercida, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços/fornecimento dos materiais e não exime a licitante vencedora de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do solicitado no Anexo III – Termo de Referência do Edital.

14 CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

14.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2025.

Tayla Paola Niemies Talayer

Fundação Hospital Centenário

Representante legal do fornecedor registrado

Representante legal do órgão gerenciador

VISTO

**ANEXO I.1 – ORDEM CLASSIFICAÇÃO CADASTRO RESERVA**

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO I.2 – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2025

Aquisição futura de
HORTIFRUTIGRANJEIROS, conforme
solicitação do Serviço de Nutrição e Dietética
(SND), para uso na Fundação Hospital
Centenário (FHC), que fazem entre si O
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO e a empresa _____.

A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, n.º 799, Bairro Fião, CEP n.º 93.020-080, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.931.245/0001-50, neste ato representada pela Vice-Presidente Financeira da Fundação, **Sra. Tayla Paola Niemies Talayer**, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu representante legal Sr(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual com fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, de acordo com a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº. 03/2025, que se realizou em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO):

- 1.1 Constitui objeto deste a aquisição de para REGISTRAR PREÇOS, tendo por finalidade a **Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos**, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário, em conformidade com as especificações técnicas contidas no Anexo III do Edital - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA (LOCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO):

- 2.1 **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:** Os medicamentos deverão ser entregues na Fundação Hospital Centenário, sito à Av. Theodomiro Porto da Fonseca, nº 799, Bairro Fião, São Leopoldo/RS, no Setor de Almoxarifado Central, em horário comercial, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h, em conformidade com a solicitação do Hospital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de compra ou o devido empenhamento.

2.1.1 O dia de entrega do material/produto poderá ser prorrogado conforme necessidade, sendo comunicado previamente.

- 2.2 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR DO CONTRATO):

- 3.1 O preço total para o(s) lote(s) ora formalizado(s) é de R\$ _____, a ser pago pela **CONTRATANTE**, que vencerão de acordo com o visto _____.



com a previsão da Cláusula Quarta infra.

3.1.1 O Preço de cada Lote será conforme Tabela abaixo:

LOTE	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
1	Ácido valproico 250 mg – comprimido	Cápsula	5.000		
2	Ácido valproico 500 mg – comprimido	Cápsula	3.000		
3	Ácido valproico sol 250 mg/5ml fr 100 ml (valproato)	Frasco	100		
4	Amitriptilina 25 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
5	Atracúrio 25 mg/2,5ml – ampola 2,5ml	Ampola	2.000		
6	Atracúrio 50 mg/5 ml – ampola 5 ml	Ampola	10.000		
7	Biperideno 2 mg – comprimido	Comprimido	4.000		
8	Biperideno 5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
9	Bromazepam 3 mg – comprimido	Comprimido	300		
10	Bupivacaína 0,5% + Epinefrina 20ml – frasco/ampola –estéril	Frasco/Ampola	1.000		
11	Bupivacaína 0,5% + glicose 8 4 ml pesada – ampola estéril	Frasco/Ampola	4.000		
12	Bupivacaína s/vaso 0,5% Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	300		
13	Carbamazepina 200 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
14	Carbamazepina suspensão 20 mg/ml frasco 100ml	Frasco	20		
15	Carbonato de lítio 300 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
16	Clonazepam 2,5 mg/ml Fr 20 ml	Frasco	400		
17	Clonazepam 2 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
18	Clorpromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	18.000		
19	Clorpromazina 25 mg/5 ml	Ampola	2.000		
20	Clorpromazina sol 4% Fr 20 ml	Frasco	300		
21	Codeína fosfato 30 mg – comprimido	Comprimido	8.000		
22	Dexmedetomidina 200 mg/ml 2ml – ampola	Ampola	4.000		
23	Diazepam 10 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
24	Diazepam 10 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
25	Diazepam 5 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
26	Droperidol 2,5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
27	Escetamina cloridrato 500 mg/10 ml	Frasco	4.000		
28	Escetamina cloridrato 100 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
29	Etomidato 2 mg/ml – 10 ml ampola	Ampola	150		
30	Fenitoína 100 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
31	Fenitoína 250 mg/5ml – ampola	Ampola	5.000		
32	Fenobarbital 100 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
33	Fenobarbital ev/im 200 mg/2 ml	Ampola	500		
34	Fenobarbital solução 40 mg/ml – frasco 20ml	Frasco	100		
35	Fentanila 0,1 mg/2 ml	Ampola	3.000		

VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
36	Fentanila citrato 0,5 mg/10ml frasco/ampola – com conservante	Frasco/Ampola	30.000		
37	Flumazenil 0,5 mg/5ml – ampola	Ampola	3.000		
38	Fluoxetina 20 mg – cápsula	Cápsula	10.000		
39	Haloperidol 5 mg	Comprimido	8.000		
40	Haloperidol 5 mg/1ml – ampola	Ampola	5.000		
41	Haloperidol decanoato 70,52 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
42	Haloperidol solução 2 mg/ml (0,2%) - frasco 20ml	Frasco	400		
43	Levomepromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
44	Levomepromazina solução 40 mg/ml (4%) gotas 20ml – frasco	Frasco	20		
45	Lidocaína spray 10% 50ml – frasco	Frasco	100		
46	Lidocaína 2% + epinefrina Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	2.000		
47	Lidocaína 2% geleia 30gr – tubo	Tubo	5.000		
48	Lidocaína S/vaso 2% 20ml – não estéril – sem conservantes	Frasco/Ampola	4.000.000		
49	Lidocaína S/vaso 2% frasco/ampola 20ml – estéril e sem conservantes	Frasco/Ampola	3.000		
50	Metadona 10 mg	Comprimido	2.000		
51	Metadona 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	500		
52	Metaraminol bitartarato 10 mg/1ml – ampola	Ampola	2.000		
53	Midazolam 15 mg/3ml – ampola	Ampola	5.000		
54	Midazolam 2 mg/ml 10ml – frasco	Frasco	50		
55	Midazolam 50 mg/10 ml	Ampola	36.000		
56	Midazolam 5 mg/5ml – ampola	Ampola	2.000		
57	Misoprostol 200 mg – comprimido	Comprimido	1.600		
58	Misoprostol 25 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
59	Morfina 0,2 mg/1ml estéril – ampola	Ampola	2.500		
60	Morfina 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	25.000		
61	Naloxona 0,4 mg/1ml – ampola	Ampola	500		
62	Olanzapina 10 mg	Comprimido	200		
63	Pancurônio 4 mg/2 ml – ampola 2 ml	Ampola	1.000		
64	Propofol 200 mg/20 ml – ampola 20 ml	Ampola	8.000		
65	Risperidona 1 mg – comprimido	Comprimido	30.000		
66	Rocurônio 50 mg/5ml – frasco/ampola	Frasco/Ampola	1.000		
67	Sevoflurano 250ml – frasco	Frasco	250.000		
68	Tramadol 100 mg/2ml – ampola	Ampola	40.000.000		
69	Tramadol 50 mg – cápsula	Cápsula	10.000		

3.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços, recursos orçamentários específicos da Fundação Hospital Centenário;

VISTO



- 3.3 Os recursos orçamentários provenientes de outros Entes, Municípios, Estado, ou União, ou de organismos internacionais, repassados à Fundação Hospital Centenário a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias próprias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços

CLÁUSULA QUARTA (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO):

- 4.1 O pagamento do preço do serviço/bem será efetuado pela CONTRATANTE em 30 (trinta) dias, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA e após conferência e liquidação desta pelo Departamento de Despesa Pública/SEMFA.
- 4.2 A Contratada deverá estar em dia com a regularidade fiscal, na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação ao INSS, FGTS, Trabalhistas, Tributos Federais, Estadual e Municipal que serão aferidos nos sítios geradores, pelo gestor do contrato e atestado no documento fiscal, na impossibilidade de gerar a comprovação pela internet, fica a Contratada obrigada a fornecer o documento comprobatório da regularidade; A Nota Fiscal/Fatura emitida com erro deverá ser substituída. Neste caso, a CONTRATANTE efetuará a devida comunicação à CONTRATADA, dentro do prazo fixado para o pagamento e disporá de até 15 (quinze) dias, a partir da sua correção ou substituição, para pagamento, sem prejuízo ao prazo supramencionado. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, número do Contrato, Nome e Número da Conta Corrente e da Agência, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal. O documento de cobrança deverá ser emitido em 03 (três) vias, em nome da CONTRATANTE, trazendo o número do empenho e o processo a que este se refere, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Endereço: Av. Dom João Becker, nº. 754, Bairro Centro
CEP 93.010-010

CNPJ: 89.814.693/0001-60

Inscrição Estadual: Isenta

Empenho nº.: _____ / _____

Lição nº.: PE 08/2025

CLÁUSULA QUINTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO):

- 5.1.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO terá o direito de receber o objeto do SRP executado em estrita observância às especificações técnicas e com qualidade;
- 5.1.2 Constituem obrigações da FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, além de outras previstas neste SRP:
- 5.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, em conformidade com o disposto neste instrumento e nos documentos que o integram;
- 5.1.4 Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;
- 5.1.5 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA):

- 6.1.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a CONTRATADA terá o direito de receber os valores correspondentes à execução da Ata de Registro de Preços – ARP, dentro das condições estabelecidas;

VISTO



- 6.1.2 Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no presente SRP e nos documentos que o integram:
- 6.1.2.1 Manter durante toda a execução do SRP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação;
 - 6.1.2.2 Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO. Desde que provada à existência de culpa ou dolo de seus prepostos e/ou empregados, assumirá a responsabilidade de reparar totalmente os bens, ou substituí-los, preferencialmente pela mesma marca, característica e qualidade. A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO poderá reter pagamentos que possibilitem o resarcimento de danos causados.
 - 6.1.2.3 Refazer às suas expensas todo o fornecimento inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização da FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, sem alteração do prazo de execução do Contrato.
 - 6.1.2.4 Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste SRP;
 - 6.1.2.5 Fazer prova com a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação;
 - 6.1.2.6 Não proceder qualquer modificação, não prevista nesta ARP, sem consentimento prévio e por escrito da FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO;
 - 6.1.2.7 A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO não assumirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA relativa às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
 - 6.1.2.8 Prestar o fornecimento do objeto disponibilizando os veículos, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à adequada execução do SRP, em número suficiente para atendimento dos prazos estabelecidos pela FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO e das especificações técnicas;
 - 6.1.2.9 Responder perante a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer fornecimento, objeto deste SRP;
 - 6.1.2.10 Realizar a execução relacionada com o objeto desta ARP, de acordo com as especificações estipuladas pela FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO, no Anexo III – Termo de Referência.
 - 6.1.2.11 A licitante deverá fornecer os medicamentos de acordo com as seguintes exigências relativas à qualidade dos produtos (BRASIL, 2006):
 - 6.1.2.12 Especificações técnicas – os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.
 - 6.1.2.13 Embalagem – o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ~~ao~~ produto,



umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa/Ministério da Saúde.

6.1.2.14 Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constado, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

6.1.2.15 Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada. Lote - o número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

6.1.2.16 Validade dos medicamentos:

6.1.2.16.1 Os medicamentos devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.

6.1.2.16.2 Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora/titular do registro na Anvisa e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas).

6.1.2.16.3 Os medicamentos devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 18 meses, contados a partir da data da entrega. Itens com intervalo de validade menor devem ser entregues com prazo equivalente a 75% do prazo de validade total.

6.1.2.17 Laudo de Análise de Controle de Qualidade – os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Reblas. Este deve contemplar:

6.1.2.17.1 Identificação do laboratório;

6.1.2.17.2 Especificações (valores aceitáveis) e respectivos resultados das análises dos produtos;

6.1.2.17.3 Identificação do responsável com o respectivo número de inscrição no seu conselho profissional correspondente;

6.1.2.17.4 Lote e data de fabricação;

6.1.2.17.5 Assinatura do responsável;

6.1.2.17.6 Data;

6.1.2.17.7 Resultado.

6.1.2.17.8 O Laudo de análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido. As especificações de cada produto devem estar baseadas em referências farmacopéicas oficialmente reconhecidas. **Fonte:** BRASIL. Ministério da Saúde. **Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS – Orientações básicas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

VISTO



6.1.2.18 A licitante deverá manter as licenças válidas durante toda a vigência do pregão, podendo ser solicitadas pela Fundação Hospital Centenário a qualquer tempo para verificação dos dados, sob pena de desclassificação do licitante, caso estejam fora do prazo de validade (vencidas)

7 CLÁUSULA SÉTIMA (PENALIDADES):

- 7.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações arroladas no art 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sujeitar, ainda, a **VENCEDORA**, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas no art. 156 da referida Lei, quais sejam:
- 7.1.1 Advertência, exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 7.1.2 Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - 7.1.3 impedimento de licitar e contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 7.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.1.4.1 A sanção estabelecida no subitem 7.1.4 será precedida de análise jurídica, observando as regras constantes na Lei nº 14.133/21
- 7.2 As sanções previstas nos subitens 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 7.1.2 do Edital.
- 7.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.4 A aplicação das sanções previstas no item 7.1 do edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA (RESCISÃO CONTRATUAL):

- 8.1 Este Contrato poderá ser rescindido, caso ocorram quaisquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº. 14.133/21.
- 8.2 No caso de rescisão do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas no edital e às consequências descritas no art. 139 da Lei nº. 14.133/21, quando couber.

CLÁUSULA NONA (GESTOR DO CONTRATO):

- 9.1 A FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO nomeia o (a) funcionário (a) **Leonardo Gonçalves Câmara** para que na função de Gestora do Contrato acompanhe, receba e preste informações sobre o objeto e o andamento do contrato;
- 9.2 Todas as comunicações relativas ao objeto licitado serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta registrada, telegrama ou correio eletrônico (e-mail).



**CLÁUSULA DECIMA (FISCALIZAÇÃO):**

A Administração nomeia o (a) Servidor (a) **Mariana Araújo Sonksen Aguiar**, matrícula nº 4201, para, na função de Fiscal, aferir as condições da entrega dos produtos, enfim, comunicar toda e qualquer irregularidade ou manifestação que promova a perfeita aquisição.

Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto desta Ata de Registro de Preços - ARP, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração.

Qualquer fiscalização exercida, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços/fornecimento dos materiais e não exime a CONTRATADA, de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do solicitado neste termo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DISPOSIÇÕES GERAIS):

- 11.1 Ficam a CONTRATANTE autorizada a descontar de quaisquer créditos da CONTRATADA as importâncias referentes a multas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.
- 11.2 À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento do objeto deste Contrato, divulgar dados técnicos, documentos, ilustrações ou qualquer material relativo ao objeto deste Contrato, salvo com autorização por escrito da CONTRATANTE, que deverá ter conhecimento antecipado da matéria a ser divulgada.
- 11.3 A CONTRATANTE e a CONTRATADA não poderão prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da CONTRATANTE e o(s) representante(s) legal(is) da CONTRATADA, devidamente credenciado(s).
- 11.4 O Contrato global ou qualquer parte dele, ou qualquer importância devida ou que venha a sê-lo, não poderá ser subcontratado, cedido, caucionado, transferido ou de outra forma comprometido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (FORO):

Fica eleito o foro de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para quaisquer questões ou conflitos decorrentes do presente Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas instrumentais.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2025.

Sra. Tayla Paola Niemies Talayer

Vice-Presidente Financeira

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome

CPF:

CPF:

VISTO

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA FINAL COM DECLARAÇÕES DA PROPONENTE**

Ao Município de São Leopoldo;

Ref. Pregão Eletrônico nº.08/2025

Ass.: Apresentação de Proposta Comercial e de declarações

RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
FONE/FAX	
CONTATO	
EMAIL:	
DADOS PARA PAGAMENTO	Banco: Agência: Conta:

*** TABELA DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

Senhores:

Tem o presente a finalidade de apresentar-lhes a nossa proposta para **REGISTRAR PREÇOS** para a **Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos**, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário, em conformidade com as especificações técnicas contidas no Anexo III do Edital - Termo de Referência, nas condições estabelecidas no processo licitatório em referência.

Cumpre-nos informar-lhes que examinamos os documentos de licitação, inteirando-nos dos mesmos, para a elaboração da presente proposta.

1. Em consonância com os documentos licitatórios, declaramos:

- 1.1 Que nos comprometemos efetuar os serviços/fornecer os materiais, objeto deste processo licitatório, nas condições exigidas no Edital, Projeto Básico e Termo de Referência;
- 1.2 Que o prazo de validade da presente proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data limite para a entrega das propostas;
- 1.3 Que todas as despesas com a preparação e apresentação da presente proposta correrão unicamente por nossa conta;
- 1.4 Que reconhecemos à **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO** o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas, sem que assista qualquer direito indenizatório às proponentes;
- 1.5 Que a apresentação desta proposta considerou o pleno conhecimento das condições locais que servirão de base para a execução do objeto;

_____, ____ de _____ de _____.

Denominação social ou carimbo com assinatura do representante legal
VISTO

**ANEXO II.1 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS:**

LOTE	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
1	Ácido valproico 250 mg – comprimido	Cápsula	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
2	Ácido valproico 500 mg – comprimido	Cápsula	3.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
3	Ácido valproico sol 250 mg/5ml fr 100 ml (valproato)	Frasco	100		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
4	Amitriptilina 25 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
5	Atracúrio 25 mg/2,5ml – ampola 2,5ml	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
6	Atracúrio 50 mg/5 ml – ampola 5 ml	Ampola	10.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
7	Biperideno 2 mg – comprimido	Comprimido	4.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
8	Biperideno 5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
9	Bromazepam 3 mg – comprimido	Comprimido	300		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
10	Bupivacaína 0,5% + Epinefrina 20ml – frasco/ampola – estéril	Frasco/Ampola	1.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
11	Bupivacaína 0,5% + glicose 8 4 ml pesada – ampola estéril	Frasco/Ampola	4.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
12	Bupivacaína s/vaso 0,5% Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	300		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
13	Carbamazepina 200 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
14	Carbamazepina suspensão 20 mg/ml frasco 100ml	Frasco	20		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
15	Carbonato de lítio 300 mg – comprimido	Comprimido	5.000		VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
16	Clonazepam 2,5 mg/ml Fr 20 ml	Frasco	400		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
17	Clonazepam 2 mg – comprimido	Comprimido	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
18	Clorpromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	18.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
19	Clorpromazina 25 mg/5 ml	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
20	Clorpromazina sol 4% Fr 20 ml	Frasco	300		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
21	Codeína fosfato 30 mg – comprimido	Comprimido	8.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
22	Dexmedetomidina 200 mg/ml 2ml – ampola	Ampola	4.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
23	Diazepam 10 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
24	Diazepam 10 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
25	Diazepam 5 mg – comprimido	Comprimido	12.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
26	Droperidol 2,5 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
27	Escetamina cloridrato 500 mg/10 ml	Frasco	4.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
28	Escetamina cloridrato 100 mg/2ml – ampola	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
29	Etomidato 2 mg/ml – 10 ml ampola	Ampola	150		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
30	Fenitoína 100 mg – comprimido	Comprimido	10.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
31	Fenitoína 250 mg/5ml – ampola	Ampola	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					

VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
32	Fenobarbital 100 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
33	Fenobarbital ev/im 200 mg/2 ml	Ampola	500		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
34	Fenobarbital solução 40 mg/ml – frasco 20ml	Frasco	100		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
35	Fentanila 0,1 mg/2 ml	Ampola	3.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
36	Fentanila citrato 0,5 mg/10ml frasco/ampola – com conservante	Frasco/Ampola	30.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
37	Flumazenil 0,5 mg/5ml – ampola	Ampola	3.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
38	Fluoxetina 20 mg – cápsula	Cápsula	10.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
39	Haloperidol 5 mg	Comprimido	8.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
40	Haloperidol 5 mg/1ml – ampola	Ampola	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
41	Haloperidol decanoato 70,52 mg/1ml – ampola	Ampola	200		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
42	Haloperidol solução 2 mg/ml (0,2%) - frasco 20ml	Frasco	400		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
43	Levomepromazina 100 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
44	Levomepromazina solução 40 mg/ml (4%) gotas 20ml – frasco	Frasco	20		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
45	Lidocaína spray 10% 50ml – frasco	Frasco	100		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
46	Lidocaína 2% + epinefrina Fr 20 ml – estéril	Frasco/Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
47	Lidocaína 2% geleia 30gr – tubo	Tubo	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					

VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
48	Lidocaína S/vaso 2% 20ml – não estéril – sem conservantes	Frasco/Ampola	4.000.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
49	Lidocaína S/vaso 2% frasco/ampola 20ml – estéril e sem conservantes	Frasco/Ampola	3.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
50	Metadona 10 mg	Comprimido	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
51	Metadona 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	500		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
52	Metaraminol bitartarato 10 mg/1ml – ampola	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
53	Midazolam 15 mg/3ml – ampola	Ampola	5.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
54	Midazolam 2 mg/ml 10ml – frasco	Frasco	50		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
55	Midazolam 50 mg/10 ml	Ampola	36.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
56	Midazolam 5 mg/5ml – ampola	Ampola	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
57	Misoprostol 200 mg – comprimido	Comprimido	1.600		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
58	Misoprostol 25 mg – comprimido	Comprimido	2.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
59	Morfina 0,2 mg/1ml estéril – ampola	Ampola	2.500		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
60	Morfina 10 mg/ml – ampola 1 ml	Ampola	25.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
61	Naloxona 0,4 mg/1ml – ampola	Ampola	500		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
62	Olanzapina 10 mg	Comprimido	200		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
63	Pancurônio 4 mg/2 ml – ampola 2 ml	Ampola	1.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
64	Propofol 200 mg/20 ml – ampola	Ampola	8.000		VISTO



LOTE	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (L, KG OU UNIDADE)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL /QUANTIDADE MÁXIMA
	20 ml				
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
65	Risperidona 1 mg – comprimido	Comprimido	30.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
66	Rocurônio 50 mg/5ml – frasco/ampola	Frasco/Ampola	1.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
67	Sevoflurano 250ml – frasco	Frasco	250.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
68	Tramadol 100 mg/2ml – ampola	Ampola	40.000.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					
69	Tramadol 50 mg – cápsula	Cápsula	10.000		
Preço Unitário por Extenso:					
Preço Total/Quantidade Máxima por Extenso:					

Obs.: As quantidades foram estimadas para um período de 12 (doze) meses.

, _____, de _____ de _____.

Denominação social ou carimbo e assinatura do representante legal

VISTO



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 08_25 _ TERMO DE REFERENCIA”

ANEXO III.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 08_25 _ ETP”

ANEXO III.2

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 08_25 _ PLANILHA ORCAMENTARIA”

VISTO



ANEXO IV

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da identidade n.º ____ e do CPF n.º ____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos previstos na Lei Municipal nº 7.324/2010 e/ou Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

Declaro ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de _____.

VISTO